



ANO 15 Nº 9
Setembro de 2006

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Crise e ajuste na indústria gaúcha

A crise que assolou a economia gaúcha em 2005 tem perpetuado os seus efeitos ao longo de 2006. Apesar dos indicadores de recuperação da safra agrícola neste último ano (Carta de Conjuntura FEE, ano 15, n. 8), a recuperação da produção industrial não tem sido observada. Assim, no primeiro semestre deste ano, a produção física acumulada da indústria de transformação esteve 3,9% abaixo da produção do mesmo período do ano passado, enquanto a indústria brasileira apresentou um crescimento de 2,6%.

Taxa de variação da produção física, do pessoal ocupado, da produtividade e da folha de pagamento (FP) real na indústria de transformação do RS — 2002/06

ANOS	PRODUÇÃO	PESSOAL OCUPADO	PRODU-TIVIDADE	FP REAL (%)	
				Total	Por Traba-lhador
2002	1,4	0,2	1,2	2,1	2,0
2003	-0,3	-1,1	0,7	-0,8	0,4
2004	6,4	-1,3	7,8	5,1	6,5
2005	-3,6	-6,1	2,7	-1,2	5,3
2006 (1)	-3,9	-9,1	5,7	-8,0	1,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PIMES.

(1) Taxa do período jan.-jun./06 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Embora os movimentos da indústria gaúcha e da brasileira estejam aparentemente divergentes, o fato é que a crise estadual reflete, em grande parte, a desaceleração da indústria nacional, que se tem verificado desde março de 2005. Quando analisados os ciclos da produção física desses dois parques industriais, verifica-se que os mesmos se encontram em perfeita sintonia, refletindo o grau de integração da economia gaúcha à nacional. O diferencial de crescimento entre ambos, em 2005 e 2006, no entanto, deve ser buscado no grau de especialização do parque industrial do Estado, que o tornou extremamente vulnerável à valorização cambial e à estiagem de 2005. Esses fatores, em conjunto, resultaram na queda da produção das indústrias de calçados e artigos de couro, fumo e máquinas e equipamentos, as quais, nos últimos 12 meses, acumularam taxas negativas de 11,5%, 5,9% e 18,2% respecti-

vamente. Na indústria de máquinas e equipamentos, fica evidente não só a permanência dos efeitos da estiagem e da taxa de câmbio, mas também os efeitos da crise que tem afetado a agricultura brasileira desde 2005.

Os destaques positivos do primeiro semestre ficaram com as indústrias de alimentos (4,5%), bebidas (6,0%), celulose e papel (4,2%) e borracha e plástico (4,74%). Tais setores vêm acompanhando o lento aquecimento do mercado interno brasileiro, o qual se tem manifestado nas recorrentes taxas positivas de crescimento do consumo das famílias.

Uma das consequências desse cenário é a queda do índice do pessoal ocupado assalariado, a qual já havia começado a se manifestar em 2004, mas acentuou-se consideravelmente em 2005 e continua em 2006. Tomando-se os seis primeiros meses do ano, verifica-se que o emprego industrial sofreu um decréscimo de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os setores que têm liderado as demissões em 2006 são os de calçados e couro (-21,1%), madeira (-16,9%), vestuário (-12,4%) e máquinas e equipamentos (-10,5%).

Como resultado desse processo, o valor real da folha de pagamento da indústria de transformação tem apresentado taxas negativas de crescimento nestes dois últimos anos. Apesar desse movimento, o valor da folha de pagamento por trabalhador indicou crescimento real particularmente elevado em 2004 e 2005 e relativamente menor no primeiro semestre de 2006.

O movimento de queda da produção, associado a um aumento do salário real dos trabalhadores, tem sido possível em virtude dos ganhos de produtividade do parque industrial, que vêm ocorrendo desde 2002. Embora tal crescimento não tenha sido muito acentuado em 2005, nos seis primeiros meses de 2006, o mesmo foi de 5,7%. Portanto, incrementos na produtividade figuram como um componente central no processo de adaptação do parque industrial gaúcho à crise econômica. Tal incremento, no entanto, ao invés de estar associado ao crescimento da produção, tem ocorrido à custa do emprego industrial.

André Luis Contri (FEE/ASTEC)

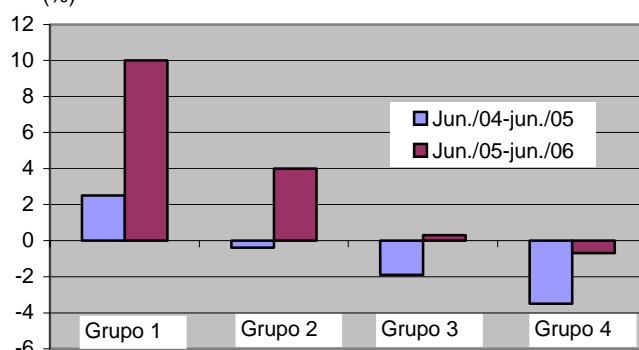
Menores rendimentos evidenciam crescimento na RMPA

Nos últimos dois anos, tem-se observado um comportamento diferenciado entre os ocupados segundo o nível de renda, com uma vantagem para aqueles com menores rendimentos, conforme os dados levantados pela Pesquisa Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Para efeito de análise, o total dos trabalhadores foi dividido em quartis de renda, sendo que cada grupo corresponde a 25% dos trabalhadores, do menor ao maior nível de rendimento. Entre jun./04 e jun./05, a única taxa de variação do rendimento médio real a apresentar um comportamento positivo foi a do Grupo 1 (2,5%) — que corresponde aos 25% ocupados com rendimentos mais baixos —, enquanto o Grupo 4 evidenciou a maior redução dentre os demais (-3,5%).

Esse comportamento foi mais intensamente observado no confronto entre jun./05 e jun./06, quando os ocupados do Grupo 1 obtiveram crescimento do rendimento médio real de 10,0%, os grupos intermediários apresentaram taxas menores e o contingente de ocupados com rendimentos mais altos (Grupo 4) obteve uma pequena variação negativa de 0,7%. Considera-se que o aumento do salário mínimo real foi um dos fatores que contribuiu para esse melhor desempenho do rendimento médio real dos ocupados que percebiam os menores rendimentos, uma vez que o valor do rendimento desse grupo se situa próximo ao do salário mínimo.

Taxa de variação do rendimento médio real dos ocupados, por grupos de trabalhadores, na RMPA — jun./04-jun./05 e jun./05-jun./06 (%)



FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: O Grupo 1 corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos baixos; o Grupo 2, a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano; o Grupo 3, a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano; e o Grupo 4, a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

Elisabeth Kurtz Marques (FEE/CPED)

Crédito habitacional ajuda a recuperar construção civil

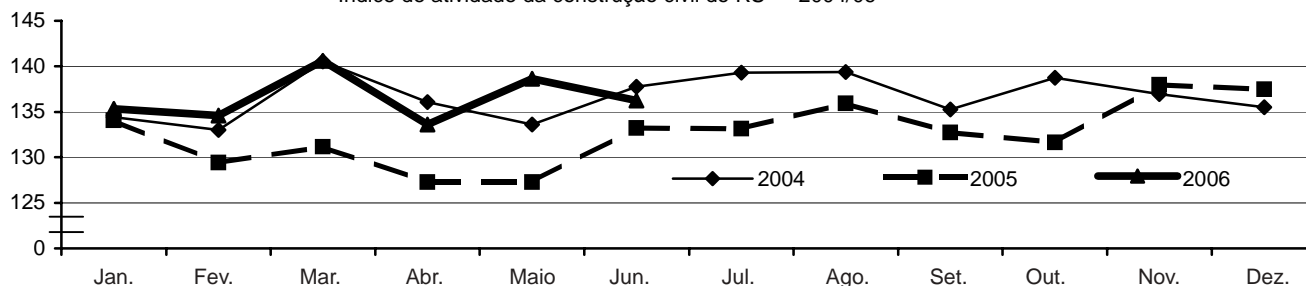
O comportamento da indústria da construção civil no RS, no primeiro semestre de 2006, aponta tendência à recuperação, quando comparado ao de igual período de 2005, aproximando-se do desempenho de 2004. Conforme o Sinduscon-RS, houve um crescimento de 4,13% no índice de atividade da construção, no primeiro semestre do ano em curso, em relação ao anterior, sendo que o consumo de cimento cresceu 9,78%.

Essa situação pode ser atribuída a uma nova conjuntura do mercado imobiliário no Brasil, inaugurada com o lançamento, em fevereiro, de um “pacote” de incentivos à construção habitacional por parte do Governo Federal. No essencial, trata-se da liberação de R\$ 8,7 bilhões para financiamentos do SFH e da isenção/redução de IPI de materiais de construção

da cesta básica. Com a relativa estabilidade do nível geral de preços na economia, as classes médias sentem-se encorajadas a se engajar em compromissos de longo prazo. Por outro lado, tendo-se reduzido a inadimplência, os bancos privados passaram a se interessar mais pelo crédito imobiliário, que recebeu maiores garantias jurídicas.

O desempenho do setor da construção poderia ter um crescimento sustentado, se o acesso massivo ao crédito habitacional fosse, de fato, disponibilizado em condições adequadas às camadas da população com renda mensal de até cinco salários mínimos, que é onde se concentra 92% do déficit habitacional brasileiro.

Índice de atividade da construção civil do RS — 2004/06



FONTE : Sinduscon-RS.

Áurea Breitbach (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Carta de Conjuntura - Ano 15 nº 9

A redução na cobertura cambial

O pacote cambial que flexibilizou a obrigatoriedade de conversão para o real das receitas de exportação deve ser abordado levando-se em conta não apenas os interesses da classe exportadora, mas também a questão da vulnerabilidade externa do País. Assim, é preciso destacar que a entrada de recursos das exportações de bens e serviços para o País é a única forma de se obterem divisas, sem a implicação de compromissos posteriores, como pagamento de amortizações, remessa de juros, de lucros, de dividendos, etc. E, caso haja algum revés no câmbio, a permissão para os exportadores manterem parte de seus dólares no exterior agravará ainda mais a situação.

Se houver escassez de moeda estrangeira devido a uma crise no balanço de pagamentos, o Banco Central perderá seu mais importante aliado, seu maior fornecedor de divisas, nos últimos anos, para enfrentar ataques ou corridas contra o real,

como pode ser visto na tabela. Os exportadores, em uma situação dessas, estando protegidos, enquanto o resto do País estará em *default*, não irão querer correr riscos, colocando seus dólares à disposição, para a nação contrapor-se à fuga de capitais, a não ser que sejam obrigados.

Atualmente, esse risco parece não existir, devido à grande liquidez internacional e aos altos juros aqui praticados, e a flexibilização na cobertura cambial até agora não afetou a cotação da moeda norte-americana no Brasil. Mas, até quando vai perdurar essa fase? Mesmo com a possibilidade de, em caso de crise, o Conselho Monetário Nacional poder alterar a medida, a qualquer momento reduzindo ou até mesmo eliminando a permissão de manter os dólares no exterior, isso poderá criar dificuldades futuras, principalmente na forma de pressão, exercida pelos exportadores, contra a anulação da medida.

Movimento de câmbio no Brasil — 2000-1º sem./06

ANOS E PERÍODOS	COMERCIAL			FINANCEIRO (1)			SALDO C + F (G)	OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO EXTERIOR (líquido) (2) (H)	SALDO G + H (I)
	Exportação (A)	Importação (B)	Saldo (C)	Compras (D)	Vendas (E)	Saldo (F)			
2000	51 699	46 069	5 629	99 290	92 971	6 319	11 948	-7 269	4 680
2001	58 036	47 248	10 789	85 710	93 350	-7 640	3 149	-6 110	-2 962
2002	60 083	39 756	20 327	69 780	93 990	-24 209	-3 882	-9 107	-12 989
2003	73 203	44 848	28 355	72 118	98 094	-25 976	2 379	-1 661	718
2004	93 466	56 794	36 672	84 622	109 369	-24 747	11 925	-5 563	6 362
2005	123 021	71 248	51 772	120 241	152 703	-32 462	19 310	-492	18 819
Jan.-jul./05	67 408	38 707	28 702	62 025	79 440	-17 415	11 287	-492	10 796
Jan.-jul./06	79 498	46 851	32 647	104 460	111 486	-7 026	25 621	0	25 621

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Exclui operações interbancárias e operações externas do Banco Central. (2) Movimentações relacionadas com transferências internacionais em reais, no País, de domiciliados no exterior.

Teresinha Bello (FEE/CEES)

A melhora dos indicadores de endividamento externo

Entre 1995 e 2000, o Brasil registrou déficits na balança comercial e grandes déficits na conta de transações correntes. Esse desequilíbrio foi agravado pelo acúmulo de uma dívida externa de dimensões preocupantes. Tais circunstâncias contribuíram para elevar o Risco-Brasil e para expor o País a fortes reduções dos financiamentos externos durante as crises financeiras internacionais. Nessas ocasiões, o Banco Central viu-se forçado a elevar drasticamente as taxas básicas de juros, para atrair os capitais externos. O grave inconveniente dessa medida resulta da diminuição do crescimento da produção e do emprego. Contudo, em 2001, registrou-se o primeiro — e ainda modesto — superávit comercial desde 1994. Esse fato prenunciava o processo de reversão, a partir de 2002, do desequilíbrio externo, inicialmente, pela queda do crescimento das importações e, entre 2003 e 2005, pelo veloz

crescimento das exportações. Assim, os superávits comerciais seguiram rapidíssima trajetória de aumento. Desde 2003, verificam-se crescentes superávits anuais na conta de transações correntes. Esses fatos contribuem para uma expressiva melhora dos indicadores de endividamento externo — a maioria dos quais relacionada com o risco de inadimplência dos compromissos externos. Essa melhora está registrada na tabela, onde, por exemplo, se constata uma redução de 53,4% da dívida externa líquida entre 2001 e julho de 2006; verifica-se, também, a queda da parcela das exportações comprometida com o pagamento dos compromissos externos. Essas circunstâncias evidenciam a redução da vulnerabilidade externa da economia e condições propícias à elevação de suas taxas de crescimento.

Indicadores de endividamento externo do Brasil — 2001/06

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	JUL/06
Dívida total líquida (US\$ milhões)	162 704	164 999	150 993	135 702	101 082	75 811
Serviço da dívida/exportações (%) (1)	84,9	82,7	72,5	53,7	55,8	53,3
Juros/exportações (%)	28,0	23,6	19,4	14,8	12,2	11,6
Dívida total líquida/PIB (%)	31,9	35,9	29,8	22,5	12,7	8,8
Dívida total líquida/exportações (razão)	2,8	2,7	2,1	1,4	0,9	0,6

FONTE: Bacen.

(1) Serviço da dívida é igual a amortizações mais juros brutos.

Roberto Marcantonio (FEE/CEES)

Comércio varejista do Estado busca recuperação

O Índice de Vendas do Varejo (IVV) calculado pela FEE, resultante da parceria com a Fecomércio-RS, lançado em jun./06, tem-se constituído em um indicador relevante para avaliar a evolução conjuntural do comércio varejista no Estado do Rio Grande do Sul, em sub-regiões e em cidades selecionadas. O gráfico mostra o resultado do IVV acumulado no ano, referente ao período jan.-jun./06, em comparação com o do mesmo período do ano anterior, identificando dinâmicas sub-regionais e das principais cidades do Estado.

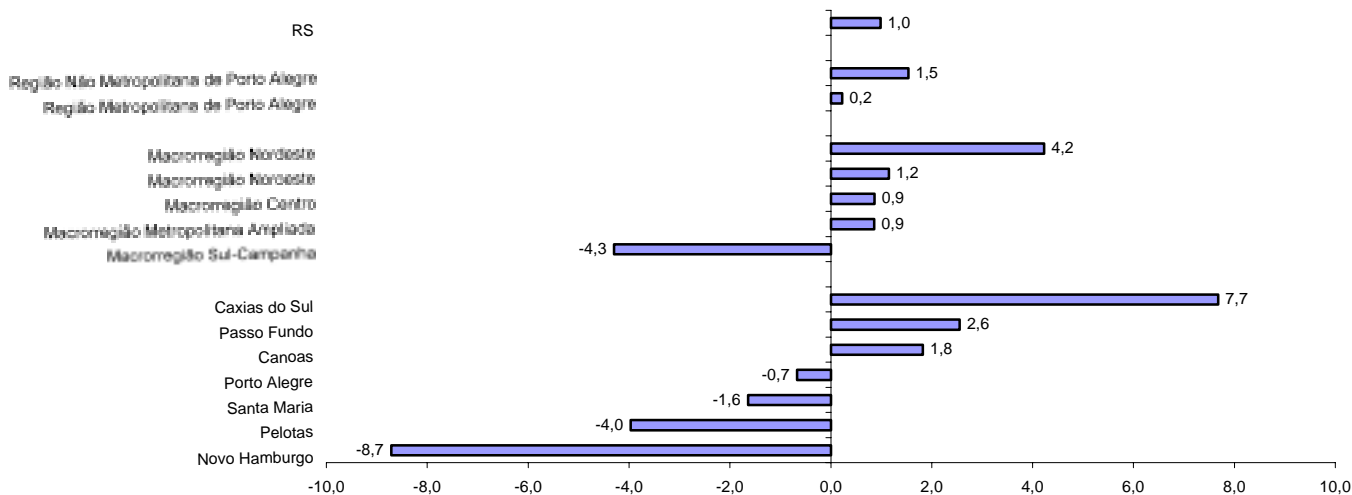
No primeiro semestre de 2006, o Estado apresentou um crescimento de 1,0% no volume de vendas do comércio varejista. Separando-se o Estado em Região Metropolitana e Não Metropolitana, podem-se observar dinâmicas diferenciadas, pois a primeira cresceu apenas 0,2%, e a segunda cresceu 1,5%. Convém destacar que a taxa relativamente elevada da Região Não Metropolitana reflete uma recuperação em curso no interior, após a forte estiagem de 2005, que derrubou o volume de vendas naquele ano. Já na Região Metropolitana, o comportamento de relativa estabilidade está associado ao cenário de crise industrial, devido à valorização cambial, que tem comprometido o crescimento do emprego e da renda.

Segmentando o Estado em macrorregiões, a macrorregião Sul-Campanha apresentou uma queda significativa, da ordem de 4,3%, enquanto todas as outras apresentaram variação positiva, com destaque para a macrorregião Nordeste, cujo crescimento foi de 4,2%.

Com relação às principais cidades do Estado, houve um comportamento bastante diferenciado, com Caxias do Sul tendo uma variação positiva de 7,7% no volume de vendas e, em outro extremo, com Novo Hamburgo sofrendo uma queda de 8,7% no mesmo indicador. O resultado desta última reflete o impacto da crise do setor calçadista, na medida em que ele responde por grande parte do emprego e da renda do Município. A Cidade de Porto Alegre teve uma queda de 0,7% nas vendas do comércio varejista, mas houve outros municípios com reduções mais fortes no volume de vendas, como Santa Maria (-1,6%) e Pelotas (-4,0%). Verificou-se crescimento positivo nas Cidades de Passo Fundo (2,6%) e Canoas (1,8%).

Os resultados do IVV para o primeiro semestre de 2006 mostram dinâmicas bastante diferenciadas, as quais resultaram num pequeno crescimento no volume de vendas total do Estado, nesse período. Também concorreu para tal resultado o evento da Copa do Mundo, que elevou as vendas de eletroeletrônicos e vestuário. Em geral, parece existir um processo de recuperação em curso nas vendas do comércio varejista, mas sua continuidade ainda é incerta. Uma dinâmica mais favorável no segundo semestre dependerá de alguns fatores, como a continuidade da recuperação da renda agrícola no interior, os efeitos da redução dos juros sobre o crédito ao consumidor e do comportamento da atividade industrial sobre o emprego e a renda, principalmente na RMPA.

Varição percentual do volume de vendas no RS, nas macrorregiões e em cidades selecionadas — acumulado jan.-jun./06



FONTE: FEE.

Eduardo Lamas (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.08.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 800 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Antonio Carlos C. Fraquelli

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grando e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.